

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### PROJETO DE LEI Nº 4.126, DE 2021

Inclui dispositivo no art. 8º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para equiparar as instituições credenciadas pelo poder público que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância às instituições oficiais dos sistemas de ensino.

**Autor:** Deputado LEONARDO MONTEIRO

**Relatora:** Deputada ADRIANA VENTURA

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Leonardo Monteiro, pretende alterar o art. 8º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), para equiparar as instituições credenciadas pelo poder público que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância às instituições oficiais dos sistemas de ensino.

A proposição foi despachada às Comissões de Educação; de Finanças e Tributação (art. 54 RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD). A tramitação tem regime ordinário e a apreciação do mérito é conclusiva, conforme o disposto no art. 24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição, que chega à Comissão de Educação para apreciação de seu mérito educacional. Em 06/09/2023, neste colegiado, foi apresentado parecer pela aprovação, com Substitutivo, pela Deputada Luisa Canziani, não apreciado.



É o Relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

O projeto de lei em análise pretende incrementar o funcionamento das instituições de educação do campo que adotam como proposta pedagógica a formação por alternância, as quais prestam um importante serviço educacional a uma população que muito provavelmente não conseguiria frequentar a escola tradicional regular, cujo calendário não se compatibiliza à sazonalidade das atividades agrárias. Entendemos que o Parecer anteriormente apresentado pela Deputada Luisa Canziani está adequado, motivo pelo qual o adotamos, com pequenos aprimoramentos.

Formação por alternância ou pedagogia da alternância é uma forma de organização de oferta educacional em que se alternam tempos e espaços de aprendizagem e se interconectam saberes populares, tradicionais, científicos e tecnológicos, permitindo aos educandos a sucessão de períodos de estudo e trabalho na escola, com a família, na comunidade e em outros espaços diferenciados existentes nos seus territórios.

O assunto insere-se no bojo das temáticas da educação do campo, constituindo-se em estratégia positiva, que já acumula cinco décadas, para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural. Conforme apontado, a formação por alternância tem também a vantagem de articular várias agências educativas, a comunidade, a família e o aparato escolar.

Nos termos do Parecer CNE/CP nº 22, de 8 dezembro de 2020, do Conselho Nacional de Educação (CNE)<sup>1</sup>, a Pedagogia da Alternância também interessa a comunidades urbanas, sobretudo aquelas com estudantes oriundos do campo, das florestas, agrovilas, assentamentos, acampamentos. Nessas localidades, a organização das atividades escolares precisa seguir os ciclos produtivos, socioculturais e de condições climáticas.

1

<https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/pedagogia-da-alternancia#:~:text=Parecer%20CNE%20FCP%20n%C2%BA%2022,B%C3%A1sica%20e%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Superior.>



O art. 28 da Lei nº 9.394, de 1996, trata exclusivamente da educação do campo, preconizando que, na oferta de educação para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adequações necessárias às peculiaridades da vida rural e de cada região. É neste dispositivo, portanto, que a matéria estará mais adequada para a LDB.

Embora grande parte das instituições que adotam a formação por alternância assumam a figura de comunitárias, optamos por considerar a diversidade dos grupos que podem se beneficiar dessa organização pedagógica, adotando no substitutivo a referência ao art. 77 da LDB. Esse dispositivo engloba também confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos e orienta a destinação possível de recursos públicos para estabelecimentos não oficiais. Não parece oportuna a menção aos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), rede que engloba as Casas Familiares Rurais (CFR), as Escolas Famílias Agrícolas (EFA) e as Escolas Comunitárias Rurais (ECOR), pois não há necessidade de salvaguardas, já que a proposição não avança sobre assuntos de organização administrativa e pedagógica dessas instituições.

Essa delimitação jurídica das instituições abrangidas e a necessidade de conveniamento com o poder público também estão em linha com o inciso I do § 3º da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que trata da distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A proposta de inserir a pedagogia da alternância como proposta pedagógica na LDB não é nova nesta Comissão de Educação, que, inclusive, sempre se mostrou sensível ao tema. O PL nº 6.498, de 2016, do Deputado Helder Salomão, propunha que a pedagogia da alternância constasse da LDB como possibilidade de proposta pedagógica para os estudantes das escolas do campo. O referido PL foi aprovado por esta Comissão, em 2017, e, em seguida, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, seguindo para o Senado Federal, onde também foi aprovado, sendo encaminhado para sanção presidencial em 2 de julho de 2022.



Porém, o projeto foi totalmente vetado sob a justificativa de que “a proposição legislativa contraria o interesse público e incorre em vício de inconstitucionalidade ao substituir a expressão 'escolas rurais' pela expressão 'escolas do campo', de sentido mais restrito, pois estas se referem somente às escolas situadas em ambientes rurais e que se enquadram na modalidade de educação do campo, enquanto aquelas podem se enquadrar nas modalidades de educação do campo, de educação escolar indígena e de educação escolar quilombola”.

Entendemos, porém, que a expressão “escolas do campo” já está consagrada na LDB no art. 28, parágrafo único, e a expressão “educação do campo” em outras normas documentos como a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008 que “estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo” e o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que “dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária” (Pronera), definindo como populações do campo: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados, acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Assim, dada a importância da pedagogia da alternância não somente para a permanência das populações do campo na escola, mas também para a promoção de sua formação integral e contextualizada ao seu ambiente de vida e de trabalho, incluímos no Substitutivo proposto referência específica a essa metodologia, dentre as possibilidades mais adequadas às necessidades dos estudantes das escolas do campo, preenchendo uma importante lacuna na LDB e resgatando a proposta do PL nº 6.498, de 2016.

Por fim, ressaltamos que as escolas do campo devem manter-se como espaços educativos comprometidos com a formação integral dos estudantes, livres de qualquer viés ideológico. Sua proposta pedagógica, portanto, visa ao fortalecimento das realidades locais, respeitando a



diversidade cultural e social dos territórios do campo, sem promover orientações político-partidárias.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.126, de 2021, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputada ADRIANA VENTURA  
Relatora



**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO****SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.126, DE 2021**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004; e a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre benefícios aos educandos das instituições de educação do campo que adotem como proposta pedagógica a formação por alternância.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28.....

.....

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às efetivas necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da formação por alternância como proposta pedagógica, respeitando-se a diversidade cultural e social dos alunos, sem promover qualquer espécie de orientação político-partidária;

.....

§ 2º Os alunos das instituições a que se referem o art. 77 desta Lei, que sejam conveniadas com o poder público e tenham como proposta pedagógica a formação por alternância, serão beneficiários dos programas suplementares previstos no art. 208, VII da Constituição Federal.” (NR)

Art. 2º É inserido o § 7º no art. 2º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com a seguinte redação:

“Art. 2º.....



.....

§ 7º Para os fins deste artigo, serão considerados como parte da rede estadual, municipal e distrital, ainda, os alunos matriculados em instituições de educação do campo reconhecidas como centros familiares de formação por alternância.” (NR)

Art. 3º O art. 5º e o art. 22 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do Pnae serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e **às instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica** pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal e observadas as disposições desta Lei.

.....

§ 5º Para os fins deste **artigo, serão** considerados como parte da rede estadual, municipal e distrital, ainda, os alunos matriculados em:

.....” (NR)

Art. 22. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), observado o disposto no art. 25, prestará assistência financeira, em caráter suplementar:

I - às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal;

II - às escolas de educação especial qualificadas ou cujas mantenedoras sejam qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público;

III - aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofereçam programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica;

IV - às instituições de educação do campo reconhecidas como centros familiares de formação por alternância.

.....” (NR)



Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputada ADRIANA VENTURA  
Relatora

